

REGIME DE COLABORAÇÃO NA GESTÃO MUNICIPAL

Estamos chegando ao marco de 100 dias de trabalho dos governos municipais que assumiram em 2021. Momento de reflexão e de reorientar rotas. Na esteira desta data, o Movimento Colabora Educação tem produzido conteúdos sobre Regime de Colaboração no universo da gestão municipal. Com a nova série DEBATE COLABORA vamos discutir como os mecanismos colaborativos entre os entes federativos pode qualificar a gestão nos municípios.



Na Educação brasileira, Estados e Municípios são responsáveis pelos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Na prática, isso significa que escolas em um mesmo território estão vinculadas a diferentes redes. Outro exemplo corriqueiro: em uma mesma rua estão presentes uma escola estadual e outra municipal usufruindo do mesmo sistema de transporte escolar. Para fazer toda essa articulação dar certo, é preciso muito diálogo e colaboração para encontrar soluções conjuntas para os desafios locais.



No federalismo brasileiro, os entes - Municípios, Estados e União - executam políticas públicas combinando autonomia e interdependência. Nesse sentido, o Regime de Colaboração ativa o diálogo e induz que as tomadas de decisão sejam articuladas e pactuadas com os governos locais. Ou seja, a colaboração pode garantir e ampliar a voz dos municípios na pauta da Educação.



Articular um processo de desenvolvimento regional, conectando ações de municípios vizinhos não é simples, mas com o Regime de Colaboração é possível. A integração, com troca de experiências e boas práticas de gestão, pode otimizar compras públicas, efetivar programas de formação de professores e até captar recursos para projetos locais.



Considerando a imensidão de nosso território e a diversidade de nosso povo, vivemos realidades muito diferentes nos municípios. As capacidades econômicas e de gestão de cada um são muito desiguais. Para enfrentar o desafio, é preciso muita cooperação federativa. Por exemplo, governos federal, estadual e municipal precisam atuar em uma governança eficiente para a gestão e a distribuição de recursos, a fim de que o investimento chegue lá no aluno em sala de aula.



Atuar em Regime de Colaboração favorece o compartilhamento de experiências e a disseminação de boas práticas entre diferentes municípios e entre entes federativos. O fortalecimento dos governos locais é fundamental para o bom funcionamento do pacto federativo e da governança educacional.